



## A QUESTÃO AGRÁRIA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO SISAL, BA.

Ana Cláudia do Carmo Cedraz<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo objetiva discutir esta arena de forças em disputa no Brasil: a terra. Por um lado, as elites rurais, que procuram manter o monopólio sobre o território, a partir de uma perspectiva desenvolvimentista e baseada na noção de terra como produto do mercado. Por outro lado, regidos por outros paradigmas, os sujeitos das comunidades quilombolas do Território de Identidade do Sisal, que procuram assegurar um direito historicamente negado sobre a terra, entendida a partir do seu valor de uso coletivo, de pertença e de vínculo com a ancestralidade. A metodologia utilizada para este estudo foi a revisão bibliográfica e a observação participante em duas comunidades quilombolas do Território de Identidade do Sisal: as comunidades quilombolas do Maracujá, localizada em Conceição do Coité e Lagoa da Fumaça, em Nordestina, Bahia.

**Palavras-chave:** Comunidades quilombolas; Terra; Território; Conceição do Coité; Nordestina.

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo discutir este campo de fuerzas en disputa en Brasil: la tierra. Por un lado, las élites rurales, que buscan mantener el monopolio del territorio, desde una perspectiva desarrollista y basada en la noción de tierra como producto del mercado. Por otro lado, regidos por otros paradigmas, los sujetos de las comunidades quilombolas del Territorio de la Identidad Sisal, que buscan asegurar un derecho a la tierra históricamente negado, entendido desde su valor de uso colectivo, pertenencia y vínculo con la ascendencia. La metodología utilizada para este estudio fue la revisión de la literatura y la observación participante en dos comunidades quilombolas del Territorio de la Identidad Sisal: las comunidades quilombolas Maracujá, ubicadas en Conceição do Coité y Lagoa da Fumaça, en Nordestina, Bahia.

**Palabra-clave:** Comunidades quilombolas; Tierra; Territorio; Concepción de Coité; Nordestina.

### Introdução

O modelo dominante de exploração da terra no Brasil opera numa lógica que invade, expropria e devasta territórios tradicionalmente ocupados, como as comunidades quilombolas e as terras indígenas. Este estudo objetiva analisar a questão agrária dos municípios do Território de Identidade do Sisal com foco nos territórios quilombolas e a complexidade das relações sociais decorrentes da concentração fundiária nestes municípios. Assim, é imperativo analisar as contradições decorrentes das lógicas

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Geografia (Pós-geo.) da Universidade Federal da Bahia. Mestre em História pela Universidade Estadual da Bahia. Professora de Geografia da rede estadual da Bahia, claudiacedraz2009@hotmail.com.



antagônicas de apropriação do espaço geográfico estabelecidas pelas grandes propriedades em choque com os elementos da produção de base familiar das comunidades quilombolas Maracujá, localizada no município de Conceição do Coité e Lagoa da Fumaça, em Nordeste, Bahia. De um lado os grandes proprietários que veem a terra como produto do mercado, do outro, os quilombolas, sujeitos regidos por outros paradigmas, que procuram assegurar um direito historicamente negado sobre a terra, entendida a partir do seu valor de uso coletivo, de pertença e de vínculo com a ancestralidade.

A escolha das comunidades quilombolas localizadas no Território de Identidade do Sisal para este estudo se reveste de importância uma vez que são poucos os trabalhos que abordam a questão agrária e a questão quilombola na região sertaneja. Além disso, potencializa a discussão sobre a estrutura fundiária destes municípios e o acesso à terra nestas comunidades. Identifica-se, assim, como o Estado, através de suas políticas públicas, tem buscado novos artifícios para evitar o enfrentamento das questões relacionadas a estrutura fundiária destes municípios, contribuindo para a manutenção da concentração de terras e de renda na região, a níveis semelhantes ao período colonial.

Neste sentido, o tema proposto será abordado em duas dimensões. Inicialmente, confirmando a permanência da questão agrária que muitos intelectuais acreditam um tema superado pelo “paradigma do capitalismo agrário” no qual se defende a territorialização do capital no campo como estratégia para a promoção do desenvolvimento territorial rural.

Do outro lado, as comunidades quilombolas e a produção de base familiar. Em especial, o esforço empreendido pelos trabalhadores rurais destas comunidades para permanecer nas terras que ocupam há muito tempo através da luta e resistência pelo reconhecimento legal dos seus territórios, legitimados historicamente pelo uso para a reprodução material e imaterial da vida.

A investigação que fundamentou a realização deste trabalho estabeleceu-se com vistas a criação de um aporte metodológico que permite aprofundar a análise sobre a questão agrária dos territórios quilombolas, localizados no Território de Identidade do Sisal e que será objeto da tese de doutoramento da autora. Além da revisão bibliográfica e do levantamento de dados em sites especializados, o estudo contou ainda com observação participante em duas comunidades quilombolas; as comunidades quilombolas do Maracujá e Lagoa da Fumaça.



## O Território de Identidade do Sisal:

A conformação do que hoje se identifica como Território de Identidade do Sisal foi estabelecida a partir da indução das recentes políticas de desenvolvimento territorial, tanto do governo da Bahia (os Territórios de Identidade do Estado da Bahia)<sup>2</sup> como do Governo Federal (os Territórios Rurais e os Territórios da Cidadania). Institucionalizado nos planos do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA durante o ano de 2003, ainda como Territórios da Cidadania, o Território de Identidade do Sisal tem se consolidado como uma referência nacional para a política de desenvolvimento territorial. A respeito deste território Santos (2010) diz que:

[...] A partir da década de 1930 o plantio do sisal começa a imprimir uma nova marca no espaço rural, e esse espaço se diferencia, do ponto de vista econômico, pela monocultura do agave. É a cadeia produtiva do sisal que forja o processo contraditório e desigual de modernização e permanência de antigas estruturas, construindo também a identidade e a idéia de pertencimento à Região Sisaleira da Bahia (SANTOS, 2010, p. 51).

Como sinalizado por Santos (2010), a delimitação da então região sisaleira, começa a se configurar com o plantio do sisal a partir da década de 1930. E somente a partir de 2003 houve a substituição da categoria região pela de território como unidade de levantamento de dados, de planejamento e implantação de políticas públicas neste estado federado, passando a operar com a noção de “território de identidade”.

A respeito dos territórios de identidade Germani (2010) diz que “paradoxalmente, a Política de Desenvolvimento Territorial perde o foco na questão territorial, a questão agrária dá espaço à questão de identidade e o conflito é camuflado na busca do consenso”. Neste sentido o território, conceito e categoria tão caro aos geógrafos, acaba sendo apenas denominação de uma área ou unidade de planejamento do Estado sobre determinada área ou região. Na perspectiva de Santos, Coelho Neto, Silva, (2015), “a ideia de Território de Identidade do Sisal foi prontamente absorvida por vários coletivos organizados, entre eles associações, sindicatos e federações de trabalhadores”.

---

<sup>2</sup> A denominação Território do Sisal origina-se nas novas propostas de políticas territoriais adotadas pelo Estado brasileiro a partir de 2003 no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, fundamentalmente com a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) e, mais especificamente, no ano seguinte, com a implantação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PNDSTR), no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

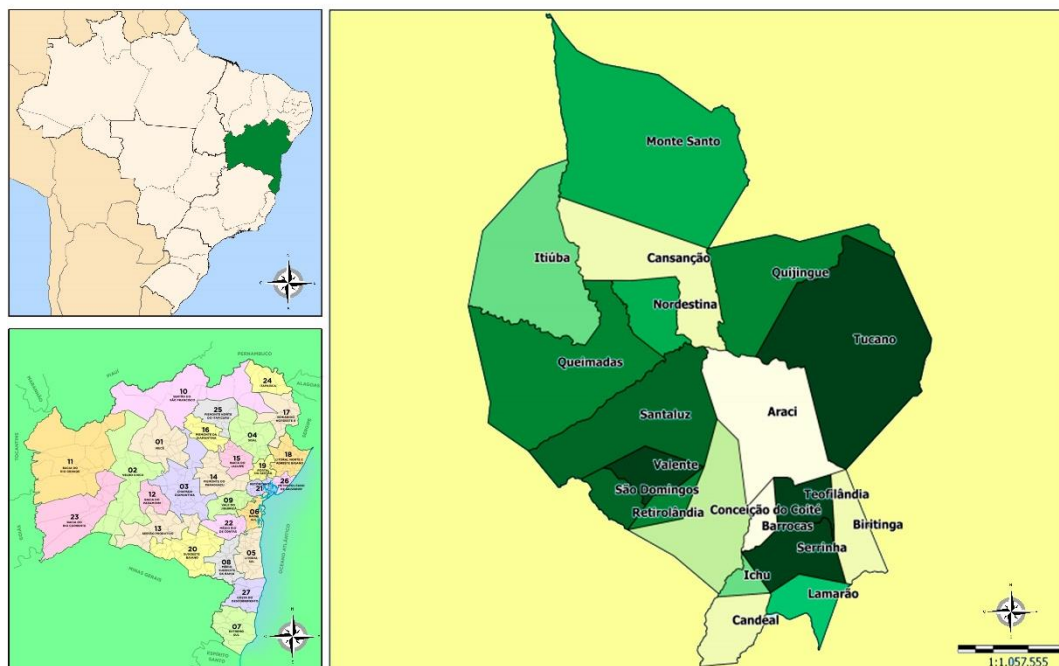


Haesbaert chama a atenção para o caráter simplificador das análises do território a partir de um ponto de vista do Estado, o território por um viés mais político e, ou apenas numa perspectiva econômica. Nesse sentido, é importante observar às questões colocadas por esse autor, que ampliam o olhar ao salientar que o território é “o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou o controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados” (HAESBAERT, 2013, p. 120-121).

A respeito do conceito de território, usado em sua totalidade dialética, ou seja, marcado pela diversidade, desigualdade e, portanto, conflitualidade territorial, tanto no campo como na cidade, Porto-Gonçalves o entendo como espaço apropriado, “feito coisa própria, instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele” (PORTO-GONÇALVES apud FERNANDES, 2008, p. 292). Seja do ponto de vista da configuração em territórios de identidade, seja a partir da multidimensionalidade que o termo território comporta, este conceito é imprescindível para este estudo.

O Território do Sisal abrange vinte municípios: Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Queimadas, Retirolândia, São Domingos, Quijingue, Nordestina, Santaluz, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente, como se pode observar no mapa abaixo.

Mapa 1: Localização do Território e Identidade do Sisal



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2014); Índice de Desenvolvimento Humano/PNUD (2014). Desenvolvimento Territorial. Elaborado pela autora, (2021).



Este território de identidade está localizado no semiárido baiano, no chamado polígono das secas, que se caracteriza por temperaturas elevadas, baixos índices pluviométricos e chuvas irregulares. Devido à baixa pluviosidade e a acidez do solo, os lençóis freáticos são geralmente salobros. Os longos períodos de estiagem somados a falta de investimentos em obras que possibilitem a convivência com a seca, dificultam a fixação do sertanejo no campo e intensificam o êxodo rural. “Em média os longos períodos de estiagem se repetem a cada doze anos e duram aproximadamente de dois a cinco ano”, (CODES SISAL, 2010).

A vegetação predominante é a caatinga, caracterizada pela presença de plantas xerófilas com um conjunto de árvores e arbustos espontâneos, retorcidos, espinhentos e resistentes a falta de água. As principais espécies deste domínio morfoclimático são, o umbuzeiro, mandacaru, xique-xique, licuri, pau-ferro, palmatória, umburana. “É essa complexa diversidade que garante a vida humana e animal, possibilitando que as populações supram, por exemplo, suas necessidades de vestimenta, alimentação, medicamentos, energia e habitação” (CODES SISAL, 2008, p.22).

Além da baixa pluviosidade anual e da baixa capacidade de armazenamento, a escassez de água no Território do Sisal é reflexo de políticas públicas ineficientes implantadas nesta região. A seca é uma condição necessária para a manutenção do domínio político das elites, a chamada “indústria da seca”. Em síntese, as verbas que deveriam ser usadas na construção de barragens, açudes, cisternas e outras alternativas para amenizar os danos causados pela estiagem, são muitas vezes usadas para enriquecimento dos políticos, ou quando são empregados nas obras de infraestrutura, se transformam em moeda de troca no período de eleição.

Todos estes fatores contribuem para a permanência da pobreza e da exclusão social nesta região. O conjunto dos fatores climáticos foi determinante para a adaptação, implantação e sucesso do sisal<sup>3</sup>, principal atividade econômica do perímetro. A cultura

---

<sup>3</sup> O sisal, do gênero *Agave spp. L.*, da família *Agavaceae*, da espécie A é uma planta fibrosa resistente ao calor e se adapta bem ao clima semiárido. O Brasil, atualmente, é o maior produtor de sisal do mundo, e 80% da sua produção advêm do Estado da Bahia. A Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (Apaeb) tem sede em Valente (BA) e encontrou na produção de tapetes de fibra de sisal uma forma de cooperar com o desenvolvimento sustentável e solidário da Região, visando a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. Disponível em: <<http://www.apaeb-sisal.com.br/index.html>>. Acesso em: 05 mar. 2014.



do sisal foi muito importante para os municípios produtores da fibra, principalmente nas décadas de 60 e 70, período em que a atividade atingiu o seu apogeu. A cultura sisaleira possibilitou o surgimento de uma pequena elite nos municípios que compõe o território do sisal. Estas famílias, monopolizaram a política local, uma vez que eram donas de grande parte das fontes de renda destes municípios e empregavam nas fazendas e nas indústrias de processamento da fibra, uma grande parcela da população. Atualmente a produção da fibra ainda tem um peso significativo no PIB dos municípios, todavia a região tem registrado uma diversificação em suas atividades econômicas.

Outro dado que contribui para entender um pouco mais o território do sisal é a questão agrária dos seus municípios, especialmente no que diz respeito a estrutura da propriedade da terra e a produção agrária, como pode ser acompanhado a seguir. É que parte significativa destas terras são terras devolutas, isto é, patrimônio público que está sendo apropriado individualmente como mercadoria, seja como reserva de valor ou como valor de troca.

### **O território do sisal e a questão agrária: impasses socioespaciais, possibilidades analíticas**

A estrutura agrária do Território de Identidade do Sisal, assim como de todo o Estado da Bahia ocorre conjuntamente com a formação da propriedade agrícola brasileira. As terras baianas foram as primeiras a serem ocupadas pelos portugueses, fomentando a política colonial. Nesse período se aplicou modelos estratégicos de dominação territorial, as capitanias hereditárias e posteriormente as sesmarias, que logo foram expandidas para todo o território nacional. Essas estruturas produtivas foram desenvolvidas baseando-se na monocultura e na concentração de terras, a fim de viabilizar a atividade agrícola conforme descrito por Furtado (2007). Com relação a estrutura da propriedade da terra na Bahia, Germani (2010) diz que:

parte significativa destas terras são terras devolutas, isto é, patrimônio público que está sendo apropriado individualmente como mercadoria, seja como reserva de valor ou como valor de troca. Estima-se que mais de 55% do território baiano esteja nesta situação, isto é, constituído por terras devolutas, mas que o Estado não sabe onde e com quem estão, portanto, não tem o controle deste patrimônio público, (GERMANI 2010).



Grande parte destas terras devolutas estão ocupadas por pretensos proprietários. Outro dado que se tem observado é que muitas Comunidades Negras Rurais e Quilombolas e Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto também estão assentadas em terras devolutas. Todavia, há pouco interesse por parte do Estado em proceder a regularização destas áreas, e muitas comunidades que receberam o reconhecimento de seus territórios diante da Fundação Cultural Palmares, ainda não tem a posse definitiva de suas terras.

Sem a posse definitiva de seus territórios, os sujeitos das comunidades quilombolas do Território de Identidade do Sisal, se articulam de diferentes maneiras para permanecerem em suas terras, como símbolo de resistência a opressão historicamente sofrida. Para Guiomar Germani:

Buscar entender a complexidade deste contexto e a maneira como os diferentes grupos sociais se insere nele, remete, obrigatoriamente, a uma questão territorial. Ou melhor, vai ser a questão territorial que perpassa e articula a questão agrária com os grupos sociais em sua luta para “entrar” ou “permanecer” na terra, ou seja, para garantir a conquista ou manutenção dos seus espaços de vida, (GERMANI 2010).

Como sinalizado por Germani (2010), toda a questão territorial expressa relações de poder de uma sociedade e isto é muito visível nas comunidades quilombolas do Território do Sisal que são objeto deste estudo. De um lado, os proprietários de vasta extensão de terras, donos dos campos de sisal, criadores de gado. Do outro, os moradores das comunidades quilombolas que possuem pequenas roças, insuficientes para a manutenção de suas famílias, e, que precisam vender sua força de trabalho nas fazendas do entorno para complementar a renda familiar.

Ao analisar a estrutura fundiária dos territórios de identidade da Bahia, José Adriano da Conceição Santos (2014, p.07) afirma que “a ocupação do território baiano não ocorreu de maneira homogênea, pois o espaço físico contemplava diferentes condições naturais e disponibilidade dos recursos naturais”. Desta forma, alguns territórios apresentam algumas especificidades, mas o que se observa é que na maioria deles predomina um índice de Gini elevado. Segundo dados do Projeto Geografar, 67,87% dos municípios baianos apresentaram um índice de Gini classificado como forte a muito forte, e 4,55% dos municípios baianos foram classificados como muito forte a absoluta, em 2006.



Com relação ao Território de Identidade do Sisal, predomina um índice de Gini<sup>4</sup> superior a 0,500, ou seja, dos vinte municípios, catorze tem índice de Gini acima de 0,500, segundo os dados da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, (2015). Os indicadores mostram que a concentração de terras no Território do Sisal apresenta de média a alta concentração.

Os dados também mostram que uma pequena porcentagem dos proprietários detém a maior parcela das terras destes municípios, o que contribui para o aumento do desemprego e da desigualdade social. No Território de Identidade do Sisal, “o sistema fundiário é marcado pela pequena propriedade de base familiar: 79,2% dos estabelecimentos têm até 20 ha e ocupam 17,6% da área, com um tamanho médio de apenas 5,2 hectares” . (IBGE, 2007).

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-Incra, até 2015, 2.972 famílias foram assentadas pelo programa de Reforma Agrária no Território de Identidade do Sisal. Os cinco municípios com o maior número de famílias assentadas foram Monte Santo com 1,101 famílias, Tucano com 662, Santa Luz com 272, Itiúba com 271 e Cansanção com 209.

Os dados da agricultura familiar para o mesmo ano, apontam 5.237 estabelecimentos da agricultura familiar. Os cinco municípios como o maior número de famílias ocupadas no setor, são: Monte Santo com 7,767, Tucano com 5,894, Araci com 5,846, Conceição do Coité com 5,194 e Cansanção com 5,098.

Tomando como recorte os municípios de Conceição do Coité, onde está localizado a comunidade quilombola do Maracujá e Nordestina, onde se localiza a comunidade quilombola Lagoa da Fumaça temos os seguintes resultados a respeito da estrutura fundiária destes municípios.

Conceição do Coité registrou, 5.603 estabelecimentos rurais totalizando 56.899 hectares no ano de 2017. O índice de Gini subiu de 0,790 em 2006 para 0,811 em 2017. Destes estabelecimentos, 1.010 possuem entre 1 e 2 hectares. E 2 estabelecimentos possuem uma área de 1.000 a menos de 2.500 hectares. Isso significa que dois grandes proprietários são detentores de 3.398 hectares de terras, o que representa 6% da área dos

---

<sup>4</sup> “Para analisar a concentração fundiária nos territórios de identidade, utilizou-se o índice de Gini (IG). Esse índice, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir os níveis de desigualdades, normalmente aplicado em estudos sobre aglomeração de renda, indústria ou terras” (SANTOS, 2014).





estabelecimentos, (IBGE,2017). O aumento do índice de Gini evidencia que a concentração de terras aumentou no município.

O município de Nordestina apresentou 1.107 estabelecimentos rurais totalizando 27.108 hectares no ano de 2017. O índice de Gini caiu de 0,761 em 2006 para 0,752 em 2017. Segundo os dados do IBGE, 91 % dos estabelecimentos são minifúndios. No entanto, 1 estabelecimento tinha mais de 2.500 hectares e 1 entre 1.000 e 2.500 hectares. Isso significa que 4.816 hectares estavam concentrados nas mãos de apenas 2 proprietários, (IBGE,2017).

Estes dados revelam que a concentração de terras e de rendas ainda permanece um entrave para o desenvolvimento social destes municípios que apresentam uma configuração semelhante ao da colonização, quando o seu território foi dividido entre cinco donatários. Outra questão importante, salientada por Silva e Mendes (1998), é a fertilidade do solo, pois regiões que possuem solos menos férteis as propriedades são maiores, a fim de compensar menores índices de produtividade. Os moradores das comunidades quilombolas, assim como muitos proprietários que possuem um ou dois hectares, enfrentam muitas dificuldades para sustentar as suas famílias com a produção de suas pequenas roças, geralmente com solos rasos e de baixa produtividade.

### **As comunidades quilombolas: Uma breve análise do Maracujá em Conceição do Coité e Lagoa da Fumaça em Nordestina**

Existem atualmente 20 comunidades quilombolas no Território de Identidade do Sisal reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares. Estas comunidades buscaram o reconhecimento oficial como comunidades quilombolas inspiradas nas memórias individuais e coletivas que são narradas pelos sujeitos mais velhos que moram nesses territórios. Essas memórias foram acionadas depois da criação do Decreto 4.887/03<sup>5</sup>, visando possibilidades de reconhecimento. Segundo Bosi, “pela memória o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como

---

<sup>5</sup> Decreto 4.887/03, Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/D4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm)



também empurra “desloca” estas últimas ocupando o espaço todo da consciência”, (BOSI,1994, p.47).

Nota-se que o Decreto 4.887/03 permitiu que muitos territórios buscassem o reconhecimento diante da FCP, a exemplo das comunidades quilombolas do Território de Identidade do Sisal. Segundo Diosmar Santana Filho, “os artigos constitucionais reforçam o direito a conservação e preservação do patrimônio histórico dos territórios quilombolas, assim como reconhecem o direito a terra a todos os territórios remanescentes de quilombos”, (SANTANA FILHO, 2018, p.129). Apesar de terem recebido o reconhecimento pela FCP, as comunidades do Território do Sisal não receberam a titulação definitiva de suas terras, e seus moradores continuam enfrentando inúmeros desafios com a ausência de terras para fazerem suas roças.

O município de Conceição do Coité tem apenas uma comunidade quilombola reconhecida pela Fundação Cultural Palmares; a comunidade quilombola Maracujá, localizada a aproximadamente 18 km da sede do município. “Deixando o asfalto da BA-120 que liga Conceição do Coité a cidade de Riachão do Jacuípe e seguindo por uma estrada de terra até chegar ao povoado é possível verificar a existência de fazendas de gado, fazendas de sisal e pequenas áreas de caatinga ainda conservadas” (CEDRAZ, 2021). As casas da comunidade são espalhadas por uma área de aproximadamente 6 km. A imagem abaixo nos permite verificar a localização e a distância desta comunidade em relação a sede do município.



**Imagem 1: Município Conceição do Coité, com destaque para o Maracujá.**



**Fonte:** Google Earth. Disponível em: <https://earth.google.com/web/> acessado em fevereiro de 2020.  
Elaborado pela autora.

A comunidade quilombola do Maracujá foi certificada no dia vinte e quatro de setembro de 2014, junto ao Governo Federal e o Ministério da Cultura diante a responsabilidade da Fundação Cultural Palmares - FCP, reconhecida como comunidade quilombola, por meio do Registro de Identificação 2446 e do Processo Nº 01420.004593/2014-17, na FCP.

Segundo o presidente da Associação de Moradores, Hélio Pereira (2020), as famílias da comunidade fazem suas pequenas roças no período das chuvas, mas, devido a pequena disponibilidade e a má qualidade das terras, a vida do homem do campo é muito difícil. Desta forma, muitos moradores acabam buscando trabalho na sede do município ou nas fazendas do entorno. As principais lavouras produzidas na comunidade são as lavouras de milho, feijão e mandioca. Os moradores também criam animais de pequeno porte, como ovinos, suínos e aves.

A produção de farinha ocorre na comunidade desde o século XIX, (CEDRAZ, 2021). Há na comunidade muitas casas de farinha em estado de deterioração, o que evidencia o desuso das mesmas. Algumas ainda estão funcionando e a produção da farinha ocorre principalmente nos meses de agosto e setembro.



Os moradores desta comunidade demonstraram conhecimento a respeito das linhas de crédito<sup>6</sup> disponibilizadas pelo Governo Federal para a agricultura familiar. Porém segundo os moradores, os longos períodos de estiagem, a pequena quantidade de terra das famílias e a falta de auxílio técnico são fatores que contribuem para a baixa produção de base familiar na comunidade.

Há na comunidade do Maracujá pequenos produtores que somam aos mais de 5.194 estabelecimentos da agricultura familiar no município de Conceição do Coité. Estes produtores plantam mandioca, milho e feijão para alimentar as suas famílias e o excedente (quando tem) é vendido na feira livre do município.

A análise sobre o cenário das comunidades quilombolas do Território de Identidade do Sisal revela a reprodução de diversos processos históricos presentes na (re)produção do sertão brasileiro. As condições adversas que a natureza impõe são vinculadas à retórica da classe dominante (devidamente representada no Estado) para afirmar que as dificuldades da população dessas comunidades provêm, exclusivamente, das condições climáticas naturais.

Nordestina é um município baiano localizado a aproximadamente 260 km da capital da Bahia. Possui 12 comunidades quilombolas com certidão de autorealhecimento emitida pela Fundação Palmares, sendo elas: Bom Sucesso, Caldeirão, Comunidade Negra Rural de Lagoa da Salina, Caldeirão do Sangue, Grotá, Lagoa da Cruz, Lagoa da Fumaça, Lagoa dos Bois, Lage das Cabras, Palha, Poças e Tanque Bonito. A imagem abaixo permite visualizar a localização das comunidades quilombolas em relação a sede do município e a escola que atende os alunos destas comunidades.

---

<sup>6</sup> O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é responsável pelo financiamento para custeio e investimentos em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando à geração de renda e à melhora do uso da mão de obra familiar. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>. Acesso em: 03/09//2021



**Imagem 2: Município de Nordestina: Destaque para a escola José Alencar Gomes da Silva**



Fonte: IBGE, 2021.

Elaborado pela autora, 2021.

A escola do campo José Alencar Gomes da Silva está localizada a 5,5 km da sede do município de Nordestina-BA. A escola está localizada estrategicamente na comunidade quilombola Tanque Bonito e recebe os alunos das comunidades quilombolas de todo o município, uma vez que as doze comunidades estão localizadas muito próxima uma das outras.

Segundo os dados do Censo 2010, a população rural do município era maior que a população urbana. Dos 12.371 habitantes, 8.450 era população rural e 3.921 era população urbana. Os dados mostram também que o município apresentou os piores indicadores sociais entre os 20 municípios que compõe o Território do Sisal; mais de 35% da população era extremamente pobre. Não houve nenhuma família assentada pela Reforma Agrária e o município registrou 1,306 estabelecimentos de Agricultura familiar.

Os moradores das comunidades quilombolas têm a produção agrícola de base familiar como principal atividade de sustento das famílias. Alguns moradores da comunidade quilombola de Lagoa da Fumaça afirmam que viver da terra está cada dia mais difícil, pois as terras que eles têm são de má qualidade e insuficientes para a produção de alimentos. Nestas pequenas propriedades, os moradores plantam milho,



feijão, mandioca, abóbora e alguns legumes. Todavia, eles afirmam que a colheita depende exclusivamente do regime das chuvas e que quando a chuva não vem eles enfrentam muitas dificuldades porque perdem toda a produção.

A concentração de terras no município de Nordestina é alta. O índice de Gini era de 0,752 em 2017 (GEOGRAFAR, 2020) como já foi sinalizado. Esta concentração se reflete nas comunidades quilombolas, uma vez que estes sujeitos foram historicamente excluídos do acesso à terra, e quando as tem, são as de pior qualidade. Assim, muitos moradores precisam trabalhar para os grandes fazendeiros, por salários irrisórios. Verifica-se que no entorno das comunidades existem fazendas de gado e de sisal, onde muitos quilombolas buscam trabalho para completar a renda familiar. Além disso, muitos migram para a sede do município para trabalhar no comércio local ou para outras regiões do país a exemplo do sudeste citado por alguns pais que sofrem a ausência dos filhos que precisaram sair para São Paulo e Rio de Janeiro em busca de melhores condições de vida.

Os moradores se juntam em associações para discutir melhorias para as comunidades quilombolas do município e para cobrar da esfera pública alguns benefícios, como construção de cisternas, passagem molhada, melhoria das estradas que ligam a sede às comunidades, entre outros.

### **Considerações Finais**

As primeiras inquietações sobre o desenvolvimento do presente estudo objetivaram compreender a conformação do atual Território de Identidade do Sisal em meio as políticas de desenvolvimento territorial tanto do Governo do Estado, quanto do Governo Federal. A produção da fibra do sisal, foi o elemento definidor do que hoje denominamos de Território de Identidade do Sisal.

A análise dos documentos oficiais possibilita apresentar um conjunto de constatações que permitem afirmar que o Território de Identidade do Sisal apresenta uma estrutura fundiária semelhante àquela encontrada no período colonial, com índice de Gini elevado e baixos indicadores sociais.

Ao estender a análise às Comunidades Quilombolas Maracujá, em Conceição do Coité e Lagoa da Fumaça em Nordestina verificou-se que os moradores de ambas as comunidades possuem pequenas roças que se mostram insuficiente para garantir a soberania alimentar de sua população. Devido a pouca quantidade de terras disponível para estes sujeitos, o deslocamento da população para a sede dos municípios e para outras



regiões do país, a exemplo da região Sudeste, é constante como foi verificado nas falas dos moradores.

## Referências

ARRUTI, J. M. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru, São Paulo, Edusc, 2005.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos**. 2. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1994.

CEDRAZ, Ana Cláudia do Carmo. *Ancestralidades, memórias e sociabilidades na comunidade quilombola do Maracujá, Conceição do Coité – BA (1870-1950)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Cultura Negra, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2021.

CODES SISAL – CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SISALEIRA DO ESTADO DA BAHIA. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável. Bahia: Codes Sisal, 2006.

\_\_\_\_\_. Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sisal. Bahia: Codes Sisal, 2008.

\_\_\_\_\_. Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sisal. Bahia: Codes Sisal, 2010.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2007. 351 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano Entrando nos Territórios do Território. In PAULINO, Eliane Tomiasi e FABRINI, João Edmilson. **Campeinato e Territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-301..M 2008, p. 292

GEOGRAFAR. Evolução do Índice de Gini e da Estrutura Fundiária de Nordestina (BA) 1996 – 2017. Disponível em: <https://geografar.ufba.br/estrutura-fundiaria>. Acesso em 20 de maio de 2021.

GEOGRAFAR– A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. **Leitura geográfica da Estrutura Fundiária da Bahia**. Banco de Dados. Salvador, 2020. disponível em [www.geografar.ufba.br](http://www.geografar.ufba.br)

GERMANI, Guiomar I. **Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia**. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C. e SILVA, O. A. (Org.). **(GEO)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana (BA): UEFS, Editora, 2010, v., p. 269-304.



HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Ed. Contexto, 2013.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 06/06/2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário**, 1995/1996 e 2006. Acesso em: 06/06/2021.

MDA. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Territórios Rurais**, Brasília, n. 1, jan.-jun. 2005.

SANTANA FILHO, Diosmar Marcelino. **A geopolítica do Estado e o Território Quilombola no Século XXI**. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco, 2018.

SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro. **Associativismo e desenvolvimento**: o caso da Região Sisaleira da Bahia. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010.

SANTOS, E. M. C; COELHO NETO, A.S; SILVA, O. A. De Região Sisaleira a Território do Sisal: desvelando as nuances do processo de delimitação da diferenciação espacial no Semiárido Baiano. *GeoTextos*, vol. 11, n. 2, dezembro 2015. 131-151.

SANTOS, José Adriano da Conceição. **Estrutura fundiária nos territórios de identidade da Bahia**. IV semana de economistas e IV semana de egressos, Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Ilhéus – Bahia, 2014.

SILVA, D. N.; MENDES, L. G. Variação da estrutura fundiária do Estado da Bahia. **Bahia Agrícola**, v. 2, n. 3, p. 57-63, 1998.